



O PATRIARCADO NAS RELAÇÕES SOCIAIS SEXISTAS E DE VIOLÊNCIA

ARTIGO DE REVISÃO

ABREU, Liliâne Alcântara de ¹, NUNES, Letícia Monteiro ², SOARES, Pamela Cristina ³, REHDER, Giovanna de Souza ⁴, MELO, Natalia Sayuri ⁵, SILVA, Gabriella Braga Dias da ⁶, MENDES, Matheus Passos ⁷

ABREU, Liliâne Alcântara de. Et al. **O patriarcado nas relações sociais sexistas e de violência**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 04, Vol. 04, pp. 21-45. Abril de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais

RESUMO

Este artigo teve o propósito de fazer uma revisão de referencial teórico sobre o patriarcado para um melhor entendimento sobre as origens, como atua e as consequências nas relações sociais sexistas e das violências de gênero. A questão norteadora se fundamentou no seguinte questionamento: a naturalização das regras e relações sociais de comportamento patriarcal atuam na perpetuação de imposições de dominação, violência e discriminações sexistas? Assim, o

¹ Especialista em Neurociência Pedagógica pela AVM Educacional/UCAM/RJ; especialista em Arteterapia em Educação e Saúde pela AVM Educacional/UCAM/RJ; especialista em Pesquisa de Comportamento e Consumo pela Faculdade SENAI CETIQT RJ; especialista em Artes Visuais pela UNESA/RJ; bacharela em Design pela Faculdade SENAI CETIQT RJ. Bacharelada em Psicologia pela UNIP/SP.

² Bacharelada em Psicologia pela UNIP/SP.

³ Bacharelada em Psicologia pela UNIP/SP.

⁴ Bacharelada em Psicologia pela UNIP/SP.

⁵ Bacharela em Comunicação Social pela Faculdade Casper Libero/SP. Bacharelada em Psicologia pela UNIP/SP.

⁶ Bacharelada em Psicologia pela UNIP/SP.

⁷ Bacharelada em Psicologia pela UNIP/SP.

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



objetivo geral se baseou em entender como o comportamento de julgamento de valores patriarcais pode impactar nas relações sociais opressoras e sexistas. A hipótese teve o pressuposto de que quanto mais etnocêntrica e carregada de preconceitos e discriminações for uma sociedade, mais relações de machismo e opressão ela irá incutir nos indivíduos. Como metodologia, o artigo se fundamentou a partir da autora Liliane Abreu (2022), mas agrega outros levantamentos de revisão bibliográfica para a discussão teórica, e com embasamento principal em Everardo Rocha (2006) e Silvia Lane (2006), mas citando outros autores. Como resultado e conclusão, compreendeu-se que há uma necessidade de se discutir e refletir socialmente a respeito da questão de gênero na relação de opressor e oprimido, pois isso está intrinsecamente relacionado a origens de julgamento e aprendizado de valores etnocêntricos e fortalecimento dos contextos patriarcais de jugo e violência.

Palavras-chave: Cultura, Psicologia Social, Sexismo, Sociedade, Violência.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo teve o propósito de fazer uma revisão de referencial teórico sobre o patriarcado para um melhor entendimento sobre suas origens, como ele atua e as consequências nas relações sociais sexistas e das violências de gênero. A artigo se fundamentou a partir da obra “Silenciadas: o universo da violência sexual intrafamiliar” da autora Liliane Abreu (2022), e que é resultado de uma pesquisa em profundidade com sete vítimas de violência sexual intrafamiliar. Ademais, a escritora faz um apanhado sobre as construções sociais e históricas, comportamentais, psicopatológicas e psicológicas que se originam do patriarcado e suscitam os comportamentos machistas e sexistas baseados nas relações de poder, e por consequência, nas violências generalizadas – incluindo as sexuais de cunho intrafamiliar – que atravessam os séculos.

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



Outros diversos autores foram evocados neste artigo, tendo potencialmente o referencial teórico de Silvia Lane (2006) pela perspectiva da Psicologia Social, e unido com um breve recorte da Antropologia usando Everardo Rocha (2006), permitindo a leitura analítica mais contundente a respeito do comportamento social machista com fundamentos no patriarcado. Cabe citar que embasamentos antropológicos são vastamente agregados à Psicologia Social, já que a primeira estuda em profusão as origens, evolução, costumes sociais e o desenvolvimento humano generalizado (físico, material e/ou cultural), e igualmente abraça a própria Psicologia, produzindo um movimento de complementação de conhecimento simbiótico.

A questão norteadora se fundamentou no seguinte questionamento: a naturalização das regras e relações sociais de comportamento patriarcal atuam na perpetuação de imposições de dominação, violência e discriminações sexistas? Assim, o objetivo geral se baseou em entender como o comportamento de julgamento de valores patriarcais pode impactar nas relações sociais opressoras e sexistas. Como consequência, constatou-se a necessidade de que era preciso ater-se aos objetivos específicos, que se desenvolveram em entender como valores e crenças culturais e históricas aprendidas socialmente podem normatizar comportamentos e pensamentos, bem como, compreender como o etnocentrismo pode impactar negativamente uma sociedade com parâmetros opressores. Nesse sentido, levantou-se como hipótese, o pressuposto de que quanto mais etnocêntrica e carregada de preconceitos e discriminações for uma sociedade, mais relações de machismo e opressão ela irá incutir nos indivíduos e grupos micro (famílias) ou macro (comunidades).

Como metodologia, a pesquisa se embasou nos levantamentos de revisão bibliográfica para a discussão teórica. A fim de compreender brevemente os comportamentos sociais e as construções e consequências do patriarcado, além dos já citados autores como Liliane Abreu (2022), Sílvia Lane (2006) e Everardo

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



Rocha (2006), outros teóricos são trazidos neste artigo a partir de uma pesquisa de âmbito nacional e internacional com as pesquisadoras Liliane Abreu e Natália Melo ao final de 2021, e com agendamento de publicação em formato livro até meados de 2022, pela editora Sagarana, de Portugal. A pesquisa teve como foco o chamado "Complexo de Cassandra", que é o adoecimento de profissionais do conhecimento e saber diante do negacionismo e alienação social.

Durante as investigações e posteriores entrevistas, as duas autoras identificaram e entenderam que a coluna vertebral do problema está também na edificação e fortalecimento secular do patriarcado. Portanto, uma pequena parte do referencial teórico das autoras pôde auxiliar neste artigo, como por exemplo, os fatores históricos e filosóficos embasados por escritores como Zygmunt Bauman (2008a; 2008b; 2009), Philippe Ariès e Georges Duby (2009), Jacques Dalarun (1993), Shulamith Shahar (1983), Silvia Federici (2017), Michel Foucault (1978; 1988; 2001), Daniela Arbex (2013), María Dzielska (2004), Barbara Hanawalt (1986; 1988; 1999; 2007), Rosalie David (2007), Mary Houston (1996); Margaret Leah King (1976; 1981; 1991), Marty Williams e Anne Echols (2000), Marisa Rey-Henningsen (1994), Gustav Henningsen (2010) e Roque Laraia (2007).

Josiel Carvalho (2017) é citado sobre a questão da legítima defesa da honra, enquanto Olga Tellegen-Couperus (1993) é igualmente trazida para o reforço sobre as Leis Romanas formatado nas origens patriarcais, reforçadas posteriormente pela Legenda Áurea de Jacopo de Varazze (2003) no século XIII e que foram inseridas nas praxes de Direito por todo o Ocidente da antiguidade até os tempos contemporâneos, e que precipitam mais intensamente o sexismo e as violências contra a figura feminina. Sobre as violências, Claudia Oshiro (2017) e dados governamentais brasileiros também através de Cíntia Engel [S.I.], apontam para um efetivo maior de agressões oriundas dos ambientes familiares. Por fim, Ilza Veith (1965), Juan-David Nasio (1991) e James Hillman (1984) são trazidos ainda pelo espectro sexista da histeria colocada socialmente como doença

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



feminina da mulher que é louca. E é essa temática que será desenvolvida no presente artigo.

2. AS ORIGENS DO PATRIARCADO NA RELIGIOSIDADE

No livro “Silenciadas: o universo da violência sexual intrafamiliar” (ABREU, 2022), sua autora apresenta de forma aberta essa temática e que é tratada como um tabu social e que ainda imputa a culpabilidade às vítimas. Seu objetivo baseou-se na abertura do debate mais contundente nas muitas sociedades sobre essa demanda e que tem origem nas relações de poder do patriarcado. Logo, a narrativa do livro aborda pontos como a cultura do estupro, análise de perfis psicológicos, psicopatológicos e comportamentais de agressores, vítimas e familiares/conhecidos, e outros aspectos relevantes sobre esse universo.

Ela explica o porquê determinadas mães cuidam da segurança das vítimas e outras não; o porquê as pessoas próximas (mesmo mulheres) atacam as vítimas colocando-as com o rótulo de culpadas e protegendo os agressores. Ademais, a escritora traça as conduções de adoecimentos multifatoriais das vítimas e até como determinados profissionais de psicologia e assistência social envolvidos reagem diante da demanda de violência sexual.

Para tanto, a autora abordou mais de 5 milhões de mulheres em grupos fechados de redes sociais que começaram a descrever brevemente seus casos intrafamiliares. Contudo, ao serem interpeladas para a participação em uma entrevista de pesquisa sobre a temática, tais pessoas se embotavam e recolhiam, negando na sequência o convite. Contudo, isso acabou virando um dado comportamental extremamente importante. E mesmo com os poucos, mas sete pontuais e densos relatos conseguidos, dois deles demoram mais de um ano para que as vítimas conseguissem falar pela primeira vez o que lhes ocorreu. (ABREU, 2022)

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



Os apanhados teóricos feitos como embasamento sobre as construções sociais, históricas, comportamentais, psicopatológicas e psicológicas que originam o patriarcado e suscitam os comportamentos machistas e sexistas baseados nas relações de poder – e por consequência, nas violências generalizadas –, foram levados à obra para que leigos, vítimas e profissionais pudessem compreender os encadeamentos que levam sociedades inteiras ao silenciamento e perpetuação de condutas sexistas, machistas e violentas (ABREU, 2022). São exatamente essas origens patriarcais e desmembramentos seculares que se fazem pertinentes neste artigo.

Abreu (2022) inicia seu livro apresentando que tudo se origina nas narrativas da religiosidade, independentemente da localização geográfica de um povo. Os registros mitológicos estão repletos de direcionamentos de conduta social, sobretudo que disparam comportamentos de jugo, e as pessoas mesmo em tempos remotos tendiam a seguir os exemplos desses ícones de poder representados nos deuses, musas, guerreiros e heróis. O filósofo Zygmunt Bauman (2008a; 2008b; 2009), por exemplo, narra que ainda hoje as pessoas edificam seus comportamentos – inclusive pela percepção do que é ser feliz – a partir da repetição comportamental das escalas classistas mais altas e indivíduos que apresentam maior visibilidade social.

Isso pode ser conferido em um trabalho de pesquisa analítica de Abreu et al. (2022) com algumas *influencers* digitais e seus seguidores, em que foi identificado que haveria uma simbiose narcísica social movida pelo medo da exclusão e invisibilidade, mas precipitada pelo intenso discurso do que é felicidade. Essa conduta gera nos seguidores o entendimento psíquico e as ações comportamentais de reprodução que podem tender, em certos casos, igualmente a se apoiar em discursos meritocratas. Fazer esse paralelo é importante, pois vários autores acordam mutuamente – e isso pode ser visto na prática na descrição da pesquisa de Abreu et al. (2022) –, que as sociedades de uma forma

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



geral, são efetivamente impulsionadas e incentivadas a consumir uma determinada forma de viver, e as religiões são as primeiras estabilizadoras organizacionais de condutas sociais. São dos fundamentalismos religiosos que igualmente surgem os maiores comportamentos ligados aos preconceitos e discriminações, e que ferem profundamente indivíduos e grupos sociais.

Conforme Abreu (2022), os registros mundiais de vários povos mostram essa relação de poder e jugo, e a cultura do estupro é muito presente, o que delimita uma mensagem social muito precisa de humilhação à vítima. Isso pode vir na violência efetiva física e/ou sexual, mas velada nas piadas sexistas e misóginas, nos ataques morais, na manipulação psicológica, ou mesmo na condução de prejuízo econômico/patrimonial que mantém a pessoa em dependência constante. Esses processos alienantes podem aparecer diferenciados em intensidade dependendo da cultura local de cada grupo social. Nesse sentido, Laraia (2007; apud ABREU, 2022) afirma que a diversidade cultural é uma consequência condicionada das diferenças do ambiente físico. Logo, a cultura formatada mediante aos contextos humanos age como catalisadora de certos padrões de aprendizado comportamental de uma sociedade. (ABREU, 2022)

Nesse ponto, pode-se evocar o trabalho das pesquisadoras brasileiras Liliane Abreu e Natália Melo, com a publicação em meados de 2022, dos resultados em formato de livro que levará o título de “Complexo de Cassandra: o adoecimento do saber diante de uma sociedade alienada e negacionista”, pela editora Sagarana (Portugal). Como já citado brevemente na introdução deste artigo, a pesquisa teve foco no chamado “Complexo de Cassandra”, que é o adoecimento psíquico de profissionais com expertises específicas e resultante dos comportamentos alienantes sociais que se contrapõem ao conhecimento de base e com comprovação geralmente cientificista. O que em priori aparentava apenas ser uma investigação de cunho psicopatológico de adoecimento generalizado social, ampliou-se para a compreensão de origens ancestrais que apontavam para o

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



patriarcado. Tal entendimento acabou reforçando os conteúdos iniciais de Abreu (2022) em seu outro trabalho do livro “Silenciadas”, e que apesar dos objetos de estudo serem diferentes, acabaram se entremeando em uma rede complexa por terem origens e fortalecimento secular do patriarcado até a contemporaneidade.

Assim, cabe apresentar neste artigo alguns poucos e brevíssimos indicadores históricos levantados por Liliane Abreu e Natália Melo dessa trajetória patriarcal para a construção dos comportamentos sexistas, machistas, misóginos, e até homofóbicos e racistas. O conteúdo original é deveras extenso, mas vale trazer um pequeno recorte aqui.

As historiadoras David (2007) e Veith (1965), descrevem que foi no Egito Antigo, através do *Papiro de Kahun* (cerca de 1900 a.C.), que surgiu a primeira referência da histeria como menção de uma doença feminina oriunda do útero – *Hystera*, batizada posteriormente pelos gregos e que significa útero – e que os antigos atrelavam diretamente à uma suposta loucura feminina. Esse documento manifestou-se no período transicional de várias culturas antigas matriarcais para a formatação patriarcal.

A violência efetiva oriunda dessa transição que passou a proporcionar o jugo e invisibilizar o papel das mulheres naquelas sociedades ancestrais, foi se potencializando no decorrer dos séculos, sobretudo com a expansão dos dogmas e condutas romanas. Cabe observar que Roma foi edificada mediante o sequestro e estupro coletivo das sabinas (ABREU, 2022) e pela imposição da força, destruição e medo de outras culturas e civilizações da época. O cerceamento do feminino intensificado pelo Império Romano foi gradualmente ganhando novos *status* com o advento do cristianismo e da Idade Média (século V ao século XV), pois a mulher possuía o estigma social ambivalente de duas figuras fortemente descritas pelos eclesiásticos da época. A primeira seria Eva, um suposto subproduto de Adão e que era a pecadora que retirou a humanidade do Paraíso por teimosia – e por isso seria um perigo à sociedade –, mas contraditoriamente

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



era também a grande procriadora. A segunda figura repousava na santidade da Virgem Maria, mãe de Jesus. (LE GOFF e TRUONG, 2006; DALARUN, 1993; FEDERICI, 2017; HANAWALT, 2007; HOUSTON, 1996)

Logo, essas praxes deram força aos religiosos da época para a criação de regulações sociais. Um deles foi o dominicano italiano Jacopo de Varazze (2003), que registrou no século XIII novas condutas e diretrizes sociais inspiradas no comportamento idealizado sobre as santas, gerando a 'Legenda Áurea'. Assim, as mulheres deveriam seguir rigorosamente preceitos religiosos.

Alguns séculos antes, Santo Agostinho tentou criar fortes vínculos na sociedade da época através de bases fraternais de amor ao próximo, com o intuito de quebrar aquilo que em seu entendimento era mundano. Todavia, ao final do Período Bizantino (século IV) e início da Idade Média (século V), ele gerou praxes que foram unificadas ao novo sistema de feudos e leis impostas por Justiniano I, e que igualmente resgatavam as antigas leis do direito romano – também conhecidas como 'Corpus Juris Civilis ou código de Justiniano I'. Ficou determinado, a partir dali, que mulheres não tinham direito a nada, devendo submeter-se apenas à obediência e reprodução, e clérigos não poderiam mais contrair matrimônio ou copular, dentre outras coisas. (TELLEGEN-COUPERUS, 1993; DALARUN, 1993)

Essa lei foi seguida à risca e atravessou os séculos, ditando dentre outras coisas, que o poder familiar deveria estar totalmente focado no homem, o *pater famílias*. A lei incluía o direito de os homens decidirem sobre a vida e a morte da esposa, filhas(os) e outras figuras do sexo feminino que estivessem aos seus cuidados, incluindo filhas e viúvas de irmãos, primos e serviçais que eventualmente falecessem. Paralelamente, uma imensa quantidade de historiadores respeitados e especialistas em Idade Média como Dalarun (1993), Ariès e Duby (2009), Federici (2017), Hanawalt (1986; 1988; 1999; 2007), Houston (1996); King (1976; 1981; 1991), Williams e Echols (2000) e Marisa Rey-Henningsen (1994) explanam

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



que as mulheres nessa época tinham apenas a função pontual de procriar ou seguir servindo os dogmas religiosos em conventos. O prazer sexual era algo contemplado aos homens, e até o sexo como prazer de uma forma geral foi ganhando a formatação de pecado.

É preciso um grande operador ideológico, assim como estruturas econômicas, sociais e mentais correspondentes, para que a reviravolta se opere. O agente dessa reviravolta, dessa recusa, é o cristianismo. Assim, a religião cristã institucionalizada introduz uma grande novidade no Ocidente: a transformação do pecado original em pecado sexual. (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 49)

Todos esses historiadores citados anteriormente afirmam que a mudança trazida pela religiosidade fundamentalista no cristianismo quando se tornou imposição política e social, e após os 300 anos iniciais da Era Cristã, não foram positivos como vem se romantizando e propagando por determinados autores negacionistas. A figura feminina foi efetivamente tolhida de formas morais, sexuais, psíquicas e comportamentais, vide a filósofa, matemática, astrônoma e professora chefe da Escola de Alexandria (Egito), Hypatia (351/370-415 d.C.), assassinada como bruxa na transição para o cristianismo radical fundamentalista no reinado de Teodósio I (DZIELSKA, 2004). As mulheres que se recusavam a seguir os padrões impostos pelo patriarcado e a igreja eram arbitrariamente colocadas no lugar da bruxa, da louca ou prostituta.

Os historiadores como, por exemplo, Shahar (1983), King (1976; 1981; 1991) e, Williams e Echols (2000), explicam que nas regiões em que determinados povos europeus, como os gauleses, celtas e nórdicos – com relações de gênero mais igualitárias –, levaram mais tempo para serem invadidos pelos romanos e posteriormente os cristãos, as mulheres mantiveram um *status* social mais equilibrado como chefes locais, guerreiras, curandeiras, açougueiras, ferreiras, padeiras e outros ofícios, e com uma respeitabilidade de grupo ampliada, sobretudo se não fossem cidades interioranas. Isso incluía nos séculos XI e XII, e com o surgimento e fortalecimento das artes e intelectualidade, que algumas



mulheres mais abastadas se formassem em universidades e atuassem como médicas. Contudo, gradualmente até se chegar no século XVI, as figuras femininas foram sendo retiradas dessas posições por condutas misóginas, ceifando essas atividades com a justificativa social de que eram trabalhos masculinos.

Ariès e Duby (2009) e outros autores explicam que todas as condutas e organizações sociais misóginas, machistas e apoiadas no patriarcado de hoje, derivam das construções desse período. Por outro lado, a historiadora Marisa Rey-Henningsen (1994), uma especialista em investigação sobre a Inquisição, o matriarcado e as tradições culturais da Espanha, identificou que especificamente na Galícia, pelo matriarcado ter sido preservado e estar ainda enraizado profundamente ainda atualmente ali, o contexto sociocultural local destoa de outros, mesmo na própria Espanha. A cultura local galícia contemporânea não permite espaço ao patriarcado, precipitando mulheres donas de si, altamente intelectualizadas e proprietárias de bens e negócios. Ademais, comportamentos sexuais e religiosos, sistemas familiares e papéis de gênero de homens e mulheres apresentam-se como únicos. A autora registrou a respeito desse comportamento sociocultural: "(...) está de acordo com a dominação feminina cultural e econômica e as normas matriarcais que prevaleciam até muito recentemente entre grande parte da população da Galícia". (REY-HENNINGSEN, 1994, p. 260, tradução nossa)[8]

Cabe ainda fazer um paralelo. Gustav Henningsen (2010), historiador especialista na inquisição e marido de Rey- Henningsen (1994), aponta que as mulheres da Galícia foram extremamente atacadas durante o período de perseguição às bruxas, muito mais do que qualquer outra área na Espanha no período, o que leva a reflexão que talvez seja exatamente pela tentativa do patriarcado em findar com as comunidades matriarcais daquela localidade.



O resultado das praxes feudais e posteriormente que se tornaram mais castradoras na Idade Moderna, é que a sexualidade e as limitações quanto às condutas femininas nas sociedades foram amplificadas a tal ponto, que o adoecimento psíquico precipitado na forma de histeria reforçou a misoginia entorno do estereótipo da mulher louca e que não pode ter voz.

Autores como Williams e Echols (2000), assim como os outros historiadores já citados, apresentam um quadro de mulheres que passaram ao confinamento, maltrato, tortura, e/ou efetiva morte, fosse por acusação de bruxaria ou suposta loucura. Os próprios médicos renascentistas, a partir do século XVI, passaram a entender a histeria como uma sintomatologia de “demência”. Portanto, quando a rotulação não se embasava na loucura, permeava o sobrenatural, como os casos registrados de possessão demoníaca, no vilarejo de Loudun, na França (1634), ou em outras localidades como Louviers (1623), Aix-em-Provence (1609), e Salem (1692-1693), nos Estados Unidos. (CAPORAEL, 1962; COSTA, 2017; FEDERICI, 2017; SAGAN, 1996)

Vários historiadores e antropólogos apontam para a perseguição ao feminino como forma de jugo e pautado sobretudo na religiosidade, e que se transformavam de alguma forma em leis civis, e os homens que ousavam proteger essas mulheres eram levados à fins penosos como os delas. Hillman (1984) cita que quando uma mulher recebia o rótulo clínico de histeria, ela deixava o estigma satânico e ganhava a mácula de defeito por ser portadora de um útero, devendo ser enclausurada como louca, sobretudo se não fosse possível detê-la de suas aspirações. A Dr^a Esther Fischer-Homberger (apud HILLMAN, 1984, p. 224), é citada por esse psicólogo com uma frase de sua tese de doutorado: “Sempre que o diagnóstico é de histeria, a misoginia não está longe”.

Durante os séculos, a figura feminina foi colocada no patamar de descrédito e silenciamento. Mesmo em perfeito estado mental, muitas foram internadas em manicômios como forma de descarte, e diante de médicos cruéis, desenvolveram

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



distúrbios reais ou de fato morreram à míngua diante suas condições de maltrato. Nos casos daquelas que efetivamente apresentavam agravantes psíquicos, o quadro se acentuava. E assim, os laudos médicos ganharam espaço em livros confirmando pressupostos sociais de que mulheres são naturalmente loucas. Isto é muito bem pontuado por Foucault (1978; 1988; 2001), e ganha as mesmas proporções no sistema manicomial do Brasil até o início do século XXI na narrativa de Arbex (2013), na obra “Holocausto brasileiro”.

Infelizmente, todas essas condutas históricas de manipulação comportamental do feminino alcançam em algum momento todos os indivíduos sociais, gerando distorções comportamentais que podem até ser mais graves, inclusive de conivência de mulheres com a violência contra outras mulheres. Abreu (2022) relata isso em seu livro apresentando todos os possíveis desdobramentos. Ela relata em um trecho:

O elo entre pecado e punição está enraizado sobretudo na cultura judaico-cristã e cruzou o tempo até nossos dias. Essa filosofia do mal – que separa inclusive os males naturais das catástrofes, dos males morais do ser humano – talvez explique parcialmente – evidentemente, unida à outras questões – o porquê pessoas próximas a uma vítima de abuso sexual nada fazem para socorrê-la, e até partem para o ataque a culpabilizando pela agressão sofrida. São peças de um quebra-cabeça que vão se unindo para que se entenda uma rede de abusos, conivências e silenciamentos mediante inversão de discurso em que o sujeito alvo das agressões é deslegitimado e excluído. (ABREU, 2022, p. 105)

Diante do que foi narrado nesse artigo, e resgatando novamente os historiadores medievalistas como Ariès e Duby (2009), e Hanawalt (1986; 1988; 1999; 2007), é factível perceber em suas obras que a vida privada do passado era focada na família e na mulher senhora de seu lar naquele período, tinha uma função organizada e, nesse sentido, de certa forma positivo. Contudo, tudo era parte de uma conduta social para enclausuramento da mulher. Ademais, o sistema de valores era apoiado na Bíblia, reforçando que a figura feminina era fraca e inclinada fortemente ao pecado, necessitando de máximo controle. Mas isso que

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



parece tão distante, ainda permanece em dias atuais. Sendo assim, e apoiada na já citada lei do *pater famílias*, em tempos remotos havia a autorização para a justificativa de feminicídio. Mas, e hoje?

É esta praxe baseada no *pater famílias* que chegou até o Brasil nos séculos XVIII e XIX, que inspirou o título XXXVIII, do Livro V, da lei das Ordenações Filipinas (BRASIL, 2001). Ela autorizava o marido a matar sua esposa se flagrada em adultério. Posteriormente, surgiu a ‘Lei da tese da legítima defesa da honra’, que dava o direito de justificativa desse homem ser absolvido completamente por esse tipo de crime e baseado na “perda dos sentidos ou inteligência” diante “do calor das emoções”. (CARVALHO, 2017)

Portanto, por constar nos anais jurídicos nacionais e constitucional brasileiro como livramento penal, é que sociedades – e citando especificamente o cenário brasileiro –, e sobretudo os homens, absorveram o entendimento de se ter o direito de violar, espancar e/ou matar suas namoradas, amantes, mulheres e filhas, ou qualquer outra figura feminina dentro de seu alcance. No agravante de morte, é a prática que adentra estatísticas e é conhecida como feminicídio, constando nos mapas de violência divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e órgãos de Segurança Pública com enfoque em segurança à mulher. A ‘Lei da tese da legítima defesa da honra’ foi declarada inconstitucional no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal, mas somente a partir de 15 de março de 2021. (BRASIL, 2001; BRASIL, 2016; ENGEL, S.I.; OSHIRO, 2017).

Os comportamentos misóginos, sexistas e machistas são frutos de uma condução social e cultural perpassada continuamente a partir da educação familiar e fortemente embasada na religiosidade. Isto é factível de comprovação não somente nos dados estatísticos de órgãos governamentais e, também, de organizações não governamentais (ONGs), mas autores como Oshiro (2017) descrevem que quarenta por cento das mulheres que sofrem violência doméstica

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



são especificamente da linha evangélica. Logo, não somente os agravantes de violência física ou sexual são normatizados socialmente, mas os morais, psicológicos e até patrimoniais seguem dispostos na Lei No 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), na tentativa de amparar mulheres de todas as idades, mas de reeducar a sociedade na forma de ditames jurídicos.

3. O ETNOCENTRISMO DIANTE DOS VALORES EM UMA CULTURA MACHISTA

A Psicologia é a ciência que estuda os comportamentos, sejam eles reflexos conscientes ou inconscientes. Entretanto, para a compreensão do que é efetivamente Psicologia Social, surge o questionamento de quando o comportamento se torna social ou não no indivíduo.

Para a Psicologia pura e na sua essência, cada ser humano tem comportamentos individualizados, e justamente por possuir uma estrutura até biológica subjetiva (cada sujeito possui a sua). Assim, conforme Lane (2006), a aprendizagem deriva de cada experiência pessoal através de reforços e punições, e isso enfatiza as vivências individuais. Contudo, os conceitos ao qual microgrupos ou macro grupos consideram em seus sistemas de valores e crenças nesse processo educativo e normativo, produz novos significados culturais que também abrangem as esferas emocionais e de ação. Desta maneira, todo o contexto social ao qual um sujeito está inserido, impacta diretamente naquilo que é normal ou aceitável em uma visão etnocêntrica.

Etnocentrismo é a visão de mundo que temos a partir do nosso próprio grupo de convivência, e assim, comparando o outro com nossos próprios valores e modelos comportamentais, sociais e culturais. Desta forma, são os estranhamentos, as dificuldades de entendimento e adaptação que os indivíduos apresentam ao se defrontarem com tudo aquilo diferente do seu próprio contexto. Rocha (2006, p. RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



10) afirma que muitas das vezes o caráter violento (e preconceituoso) do etnocentrismo parte do “pressuposto de que o ‘outro’ deva ser alguma coisa de que não desfrute da palavra para dizer algo de si mesmo”. Logo, o etnocentrismo atravessa o julgamento de valor da cultura do outro em comparação da cultura de grupo do eu, conforme esse autor.

Nesse ponto, o outro é impedido de falar ou explicar sobre si mesmo, enquanto aquele que se posiciona como observador (o *eu*), julga, compara e crítica (muitas vezes com desdém) e de forma distorcida a realidade do observado. A manipulação de fatos socioculturais e comportamentais marca o etnocentrismo, criando assim um saber até mesmo com termos preconceituosos para nomear os indivíduos de uma sociedade. Rocha (2006) usa como exemplo os índios, que são até hoje denominados de preguiçosos e indolentes, para salientar a imagem etnocêntrica que certos pesquisadores, e que anteriormente os colonizadores reproduziam sobre esses indivíduos que se recusavam a serem escravizados (o que segundo o autor, é evidência de vasta saúde mental).

Pode-se correlacionar esses dados iniciais de Rocha (2006) com a normatização social feita por homens nas sociedades contemporâneas, regidas pelo patriarcado através de piadas, ações e discursos que diminuem as mulheres, criando não só um mal-estar, mas uma verticalização hierárquica, seja no campo profissional ou pessoal. Ademais, acrescentando a isso, tem-se, por exemplo, os clichês sobre os tipos de roupas vestidas autorizarem o assédio sexual, abrindo e justificando assim, os comportamentos violentos, como a própria cultura de estupro e feminicídios, e utilizado apenas esses dois exemplos.

Assim, Rocha (2006) pontua que os livros de História carregam frases como de que os índios andavam nus para imprimir o demarcador etnocêntrico de culturas completamente adversas. Entretanto, dentro das sociedades já constituídas, os rótulos estereotipados são altamente presentes até em grupos menores. A palavra e termos etnocêntricos se tornam autoridade para distinguir o outro, e permeiam

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



as sociedades de forma comum. Assim, o autor pondera sobre os termos: “dondoca”, “doidões” e outras muitas terminologias de cunho depreciativo que atacam indivíduos na ordem sexista, misógina, étnica e de orientação sexual, para mostrar que esses adjetivos tomam uma estrutura diferenciada e carregam um viés ideológico e/ou de juízo de valor.

A potência do etnocentrismo em uma sociedade abre espaço às outras visões e pensamentos relativizados. O contraponto na relativização está, segundo Rocha (2006, p. 20), quando alguém percebe “as coisas do mundo como uma relação capaz de ter tido um nascimento, capaz de ter um fim ou transformação. Ver as coisas do mundo como a relação entre elas”.

Ao se refletir pelo viés da Antropologia Social, e por isso, sob a perspectiva na questão da cultura humana –, a diferença entre os seres humanos e as atividades que as pessoas têm diante do outro, denota o etnocentrismo. Como Ciência que visa entendimentos de cunho social, e unida à Psicologia – e citando a ênfase na Psicologia Social –, surge a contribuição pela busca da superação do comportamento etnocentrista, implementando a conexão de que as diferenças não configuram ameaça, e sim acrescem a cultura e o convívio social.

4. AO SE ENCONTRAR NO LUGAR DO OUTRO

A linguagem (verbal ou não-verbal) é um fator de extrema importância. A linguagem é algo que está dentro do cotidiano de todas as pessoas, não importa em que lugar ou a maneira como ela vive. Certamente cada lugar tem seu modo de expressão, que foi desenvolvido pelas causas sociais e históricas de cada ambiente. Lane (2006, p. 26) afirma que “a linguagem, instrumento e produto social e histórico, se articula com significados objetivos, abstratos, metafóricos, além dos neologismos e gírias de cada época”.



A conduta que homens têm de perceber as mulheres, não apenas no âmbito profissional, mas, para as mulheres de maneira geral, constitui uma linguagem não verbal, e que pode se apresentar em certos homens de forma desrespeitosa e vulgar, mas o mesmo poderia ocorrer se os papéis fossem trocados e esses olhares passassem a atingi-los através das mulheres. Assim, as formas verbais influenciam não apenas nas falas, mas também as ações, e como isso pode fazer mal a toda a sociedade. Por ser algo histórico, é extremamente difícil de se resolver, demandando grande esforço de reeducação pessoal e social. Hoje, tais acontecimentos ocorrem muito mais com mulheres, mas isso não quer dizer que não seria inadequado se acontecessem também com os homens. Além disso, tem-se conhecimento de mulheres que assediam ostensivamente determinados homens.

Os meios de comunicação deveriam ser utilizados não para a difamação, humilhação e desrespeito com as pessoas, mas sim, para coisas positivas, elogios, encorajamentos e conselhos. É lamentável saber que algo tão essencial à vida humana seja usado de uma forma errônea, e assim prejudique a sociedade.

Na visão Lane (2006), a influência sócio-histórica vem do desenvolvimento da linguagem em que a partir do significado atribuído pelas palavras, constitui uma visão de mundo carregada de valores, ações, sentimentos e emoções. A categorização a partir de uma linguagem não-verbal, vestindo indivíduos com cores pré-determinadas de acordo com o seu sexo (no entendimento contemporâneo): meninos usariam azul e meninas usariam o rosa.

A visão etnocêntrica de mundo de alguém somente muda quando a pessoa consegue reinterpretar e desconstruir suas crenças primárias e que muitas vezes fazem parte de uma educação social alienante, e portanto, ela reelabora seu próprio papel social. Lane (2006), pontua que desde que nasce, o indivíduo está dentro de um contexto histórico, já que as relações entre o adulto e a criança seguem um padrão da sociedade em que eles estão inseridos. Esse padrão é um

RC: 110479
Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



conjunto de hábitos e ações que a sociedade acha que é o correto e o moralmente aceito. A sociedade pode e porventura irá intervir, por intermédio das leis e normas que garantem que as coisas continuem como estão, e coíbem tudo aquilo que estiver fora da visão do que é correto.

Em cada grupo social encontramos normas que regem as relações entre os indivíduos, algumas são mais sutis, ou restritas a certos grupos, como as consideradas de 'bom-tom', outras são rígidas, consideradas imperdoáveis se desobedecidas, até aquelas que se cristalizam em leis e são passíveis de punição por autoridades institucionalizadas. (LANE, 2006, p. 13)

A autora nomeou como papéis sociais essas normas impostas pela sociedade. São os papéis sociais que regem as relações entre os indivíduos. Um pai e uma mãe têm seus papéis sociais impostos, que estabelecem como um homem e uma mulher devem se relacionar entre si, bem como, o filho deve se relacionar com seus pais.

Os papéis sociais são nitidamente distintos entre os homens e as mulheres; e essa distinção tão aparente, só é perceptível quando o indivíduo sai de seu espaço etnocêntrico e se permite envolver com as mesmas responsabilidades e expectativas sociais que são impostas às mulheres. O papel social do homem não é comumente representado em igualdade de multifunções como as mulheres, e essa possível percepção de inversão de papéis – mas que é apenas igualitária em divisão de funções – ainda causa certo desconforto moral em muitos indivíduos por entenderem que eles estão exercendo uma atribuição menor ou subserviente por estar ligada ao feminino por construção sociocultural. No entanto, quando a mesma situação, dentro de várias outras conjunturas, é representada em uma sociedade onde a mulher assume esse papel, a comunidade não apenas aceita, como também, impõe enormes expectativas e responsabilidades sobre essa figura feminina.



Lane (2006) explica a respeito da individualidade apesar da existência dos papéis sociais. Para a autora, o convívio social gera confrontos e os indivíduos vão construindo o seu próprio eu através das diferenças e mudanças com os outros. Assim, constrói-se a identidade social (o que caracteriza cada sujeito como pessoa) e a consciência de si. Sobre isso, a autora destaca:

É nesse sentido que questionamentos quanto a “identidade social” e “papéis” exercem uma mediação ideológica, ou seja, criam uma “ilusão” de que os papéis são “naturais e necessários”, e que a identidade é consequência de “opções livres” que fazemos no nosso conviver social, quando, de fato, são as condições sociais decorrentes da produção da vida material que determinam os papéis e a nossa identidade social. (LANE, 2006, p. 22)

Determinados homens, apesar do seu papel e identidade social, quando começam a se conscientizar de si e questionar o modo como a sociedade se comporta, tendem a apresentar mudanças sutis de atitudes, comportamentos e ações. Participam mais de atividades domésticas e apoiam de forma mais contundente suas companheiras, apresentando um amadurecimento contínuo. A autora apresenta:

Deste modo entendemos que a consciência de si poderá alterar a identidade social, na medida em que, dentro dos grupos que nos definem, questionamos os papéis quanto à sua determinação e funções históricas - e, na medida em que os membros do grupo se identifiquem entre si quanto a esta determinação e constatem as relações de dominação que reproduzem uns sobre os outros, é que o grupo poderá se tornar agente de mudanças sociais. (LANE, 2006, p. 24)

Muitas sociedades são influenciadas pelo machismo, mesmo nas pequenas atitudes, o que igualmente conduz a questão da força da sociedade patriarcal e suas imposições, assim como, a grande dificuldade da mudança de todos esses comportamentos e que por vezes parece impossível, já que a resistência de amplitude de consciência começa dentro de casa. Nesse ponto, Lane (2006) analisa em sua obra o aspecto da Psicologia Social voltada para a família. A autora descreve que o fato do homem ser educado para ter um controle social

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



bastante rigoroso desde cedo, é que o conduz a certeza de que ele detém o poder.

A instituição familiar é, em qualquer sociedade moderna, regida por leis, normas e costumes que definem direitos e deveres dos seus membros e, portanto, os papéis de marido e mulher, de pai, mãe e filhos deverão reproduzir as relações de poder da sociedade em que vivem. (LANE, 2006, p. 40)

Essa passagem da autora pode ser relacionada com as cobranças de conduta para constituição familiar, ou outras imposições como na execução de tarefas domésticas, enquanto o outro se diverte e desfrutava do lazer. Outro ponto encontra-se nas relações sexuais, e que como foi visto anteriormente, as sociedades foram vastamente educadas pelos dogmas religiosos para entender que mulheres não devem e não podem sentir prazer antes, durante e depois do sexo. Essas pequenas condutas, são igualmente abordadas por Lane (2006), e que evocam quem pode e quem não pode fazer certas coisas, reforçando o machismo na sociedade.

Conforme Lane (2006), o capitalismo subdivide as sociedades de uma forma geral, em duas classes sociais: aquela que detém o capital e os meios de produção, quem tem o dinheiro, e a outra que é dominada e explorada, gerando ganhos ao primeiro com seu trabalho (geralmente braçal). Sucintamente, manda quem tem dinheiro, obedece quem trabalha e recebe algo por isso. O alicerce do patriarcado contemporâneo seria pautado fortemente nesses conceitos.

Nesse antagonismo, surge a necessidade de consumo de ambos os lados, pois se um pode ostentar seu *status* dominante, o outro dominado igualmente passa a criar aspirações e objetos de desejos para tentar se aproximar de quem efetivamente detém o capital. Dessa forma, não só esses itens de aspiração se modificam, mas também o próprio homem, e justamente porque ele tem novas realizações durante esse processo.

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



Quando o indivíduo produz, ele se sente útil, partindo do pensamento do simples desejo, ele atinge um patamar de transformação que transcende o pessoal e se estende para o social. Lane (2006), utiliza o exemplo de alguém que sente frio. Essa pessoa poderá se prover de fios de lã e agulha, mas irá adquirir o conhecimento com alguém de como fazer o tricô. Já pronto, pode receber elogios pelo trabalho e orgulhar-se dele, além de criar uma rede de propagação de conhecimento para ensinar outras pessoas. Note que a gratificação não está no ganho monetário, mas na satisfação, e mesmo assim, gerou uma cadeia produtiva e apropriada dentro desse microuniverso.

A autora explica que nas sociedades capitalistas o trabalho manual e intelectual só se separa no plano ideológico, pois ambas as atividades implicam o pensar e a concretização das ações. A elitização do intelectual está justamente vinculada à classe dominante.

Conforme Lane (2006), todo trabalho necessita da elaboração de uma sequência de pensamento, mas o valor dessa atividade perde a importância entre deslocamentos do local de trabalho para a casa, salários e finalização do produto, dissociando assim, o homem do produto. Daí, surge a dicotomia que a autora explica: se de um lado o trabalhador não pode pensar, para o intelectual especialista lhe é cassado o direito de produzir. Isso provoca alguns preconceitos, alguns são até comuns de se ouvir, como afirmações – que são uma grande injustiça e falácia – sobre a classe de professores universitários: só ensina quem não sabe fazer.

Se isso for transferido ao ambiente doméstico o qual as mulheres foram limitadas há séculos, tem-se o provedor – que domina, por trazer o dinheiro, os proventos ao lar –, e a dona de casa, que é a dominada, precisando da remuneração de seu provedor e usando sua força produtiva para o serviço braçal nas tarefas invisíveis. Essa segunda, sempre foi e continua sendo vista como alguém descansada, com tempo livre e que não faz nada. A isto, chega o reforço nas sociedades atuais com

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



os discursos de meritocracia, criando um processo de alienação para desqualificar trabalhos e esforços de quem não consegue sair de uma certa posição profissional, educacional ou social.

A Psicologia Social entende que a condição humana nas sociedades só se amplia e modifica no momento que ocorre a simbiose entre comunicação e cooperação mútua, independentemente da condição hierárquica de classe ou gênero, horizontalizando as relações e criando, assim, consciência de grupo e de si mesmo, como indivíduo que faz parte de um todo. A hierarquia de poder verticalizada estagna as relações sociais, definindo e congelando os papéis sociais, e, portanto, não permitindo sua flexibilização. De novo, quem domina e quem é dominado permanecem sempre onde estão.

É na modificação de sua cultura etnocêntrica que o sujeito passa a entender que existe uma necessidade de equilíbrio de gêneros, e sua adaptação no mundo o torna mais sensível, preocupando-se mais com a sua aparência, incomodando-se com desigualdades e preconceitos. Esse indivíduo vai abandonando gradativamente conceitos ligados à força opressora, rompendo as posições de opressor e oprimido, e extinguindo a verticalização de condutas de gênero, até alcançar o equilíbrio harmônico.

Ponderando sobre essa narrativa e no texto de Lane (2006), a Psicologia Comunitária como um microuniverso dentro da Psicologia Social parece contemplar essa tentativa de resgate de entendimento do indivíduo, tomando consciência de si e do social a partir do pensamento do micro para o macro. Fazer o sujeito compreender sua própria importância em paralelo com todo seu grupo familiar e de vizinhança, produz grande impacto. Trabalhar esses pequenos grupos para uma perspectiva ampliada e crescente, família-vizinhança-bairro-cidade-estado-país-mundo, torna o encadeamento de novas condutas de ações, posturas e pensamentos mais concretos.

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



Quando o indivíduo faz novas reflexões, gera posicionamentos solidários e pensamentos efetivamente transformadores diante do senso de responsabilidade com o próximo, de direitos e deveres, de apoio a quem necessita, de soluções para o que ocorre de errado, entre outras coisas, ele ascende. Conforme Lane (2006), isso exige um esforço e dedicação intensos de todos os envolvidos para romper com o estigma das relações de dominação já impregnadas e apreendidas na família, escola, e até diante das imputações religiosas fundamentalistas, e passa a criar um forte pensamento de grupo.

Não apenas isso. Conforme a autora, no caso do trabalho da Psicologia Comunitária, o desafio maior é o de incutir no eixo familiar que todos são responsáveis por si, pelos membros da família e pelas coisas dentro de casa. Que não existe trabalho maior ou menor, ou determinado a um gênero específico. Por outro lado, aquele que fica com o maior peso da responsabilidade de cuidar da casa e filhos, apesar de não possuir uma remuneração em dinheiro, trabalha tanto quanto quem sai todos os dias e recebe por isso. Ninguém desqualifica trabalhos voluntários fora de casa, e que por acaso, não são remunerados. Por que desqualificar o trabalho de quem cuida da família e das tarefas domésticas, que são estendidas às figuras femininas?

Muitos indivíduos necessitam de mais tempo para compreender todos esses processos, enquanto outros mantêm-se em grande resistência. Outros, já estão fazendo esse processo com mais facilidade, tentando se distanciar e compreender que o machismo tóxico evocado como filhote perverso do patriarcado fere e até mata em diferentes proporções a toda a sociedade. Essas pessoas específicas estão contribuindo para uma mudança comportamental nas sociedades de maneira mais acelerada, e estão se permitindo alcançar a compreensão sobre esses lugares de construção a respeito da opressão e violência de gênero. Em suas subjetividades, elas conseguem efetivamente ressignificar suas experiências



e redimensionar sua percepção sobre si e o mundo, momento esse em que a empatia e a igualdade de gênero finalmente fazem sentido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura machista patriarcal normaliza e relativiza comportamentos de todos os níveis, sobretudo no uso da palavra, cerceamento e controle, e ampliando-se até as ações efetivas de violência.

Socialmente, os indivíduos foram induzidos a aceitar tal fato como dádiva e posteriormente culpabilizando vítimas, e historicamente isto é fortalecido na religiosidade e amplificado na formatação de leis e condutas sociais. Na contemporaneidade, as mídias através de propagandas, filmes, novelas, livros e piadas, objetificam o corpo da mulher, além de romantizarem e ironizarem a violência de gênero de uma forma geral, mas sobretudo a sexual. Ao mesmo tempo em que se incute que uma mulher deve ser desejável, ela igualmente é direcionada a manter-se em clausura, perdurando o recato e respeito. Nessa dicotomia, mulheres são conduzidas a manter o silêncio e a aceitação, ou ainda, historicamente colocadas no status da “louca” e que deve ser ignorada, silenciada ou afastada.

Homens – e mulheres engessadas em processo de alienação – que se permitem alcançar o entendimento desse processo, tendem a desenvolver uma real transformação empática e se distanciar gradativamente de elementos considerados preconceituosos. Conceitos anteriormente incorporados podem ser modificados e a forma com que esse sujeito percebe as mulheres à sua volta também se altera.

É sobre esses aspectos unificados que a equipe de autores acredita ter respondido o problema norteador inicial: a naturalização das regras e relações sociais de comportamento patriarcal atuam na perpetuação de imposições de



dominação e discriminações sexistas? Sim, e efetivamente, a forma como se conservam os preconceitos e normatizações na educação social é que eterniza essa engrenagem sexista. Isso leva à reflexão de que como poderia ser fascinante ver uma sociedade em que todos pudessem também ter seus conceitos alterados positivamente e livres das amarras da discriminação e etnocentrismo que conduzem à opressão.

Diante do objetivo geral e objetivos específicos em tentar entender, foi possível detectar através do entendimento teórico que efetivamente o comportamento de julgamento de valores impacta nas relações sociais, e isto é perpetuado pelas crenças culturais, religiosas e morais aprendidas inicialmente no âmbito familiar. Nos vínculos primários que desclassificam o trabalho doméstico como menor, e a partir disso, outras construções de normatização de conduta, comportamentos, ações, verbalizações e pensamentos vão se estendendo, fortalecendo negativamente e solidificando os parâmetros opressores, inclusive do jugo em potencialidade para silenciamento do outro diante do medo e de rotulações de desvalorização. São pequenas ações cotidianas que de tão normatizadas, romantizadas e normalizadas até historicamente, tornam-se imperceptíveis, mas são evidentemente ofensivas e em muitos casos, destrutivas. Contudo, isto só é compreendido quando os indivíduos sociais permitem se abrir ao distanciamento do etnocentrismo latente que conduz à rigidez e permanência de conceitos distorcidos e nocivos ao outro e aos grupos.

Nossa hipótese, conseguiu se sustentar: quanto mais etnocêntrica e carregada de preconceitos e discriminações for uma sociedade, mais relações de machismo e opressão ela irá tentar incutir nos indivíduos e grupos micro ou macro. O lugar de se colocar no lugar do outro e desenvolvendo a empatia para eliminar essas relações entre opressor e oprimido, e até nos muitos grupos de minorias psicológicas, seria o alcance ideal de uma sociedade justa, equilibrada e com maturidade psíquica.

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



As obras escolhidas para teorização, propiciam uma pequena, mas contundente reflexão com relação a esse jogo de poder e submissão que estão presentes em vários contextos sociais que nos impede como espécie humana, evoluir enquanto indivíduos e sociedade. Portanto, há uma necessidade de se discutir e refletir socialmente a respeito da questão de gênero na relação de opressor e oprimido, pois isso está intrinsecamente relacionada às origens de julgamento e aprendizado de valores etnocêntricos e fortalecimento dos contextos patriarcais de jogo.

São pequenas mudanças de visão que necessitam receber ampla conscientização, pois elas denotam o posicionamento e a perpetuação dos conceitos machistas, sexistas e de violências generalizadas de opressão sistemática de nível verticalizado, isento de justiça e equilíbrio.

Além disso, a Psicologia como Ciência deve não apenas estudar esse comportamento nas sociedades, mas, ajudar na reeducação e trabalhar para encontrar novas alternativas para sanar os atuais danos sociais e individuais, e quem sabe um dia, extinguir a situação sexista/machista que tanto anula, fere e destrói, mulheres e homens.

REFERÊNCIAS

ABREU, Liliane Alcântara de. **Silenciadas**: o universo da violência sexual intrafamiliar. Lisboa, Portugal: Sagarana, 2022. ISBN: 978-989-53173-6-3

_____; MELO, Natalia Sayuri; SOARES, Pamela Cristina; NUNES, Letícia Monteiro; SILVA, Gabriella Braga Dias da; MENDES, Matheus Passos. **As influencers digitais e a autoimagem como produto de comportamento de consumo**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 01, Vol. 05, pp. 05-33. Janeiro de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em:

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/comportamento-de-consumo>>. Acesso em: 11 mar. 2022. DOI: <10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/comportamento-de-consumo>

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada**: da Europa feudal a Renascença. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2. v. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Versão digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Medo Líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Marcia Maria Bianchi Prates (organizadora). 6. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. – (Série legislação; n. 279). ISBN 978-85-402-0472-0 (papel). ISBN 978-85-402-0586-4 (e-book).

BRASIL. **LEI 10.216/2001**. Presidência da República do Brasil. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil** [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. n. 1 (2016). Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016. Disponível em:

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



<<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CAPORAEL, Linnda R. *Ergotism: The Satan Loosed in Salem?: Convulsive ergotism may have been a physiological basis for the Salem witchcraft crisis in 1692*. **Science**. 2 apr 1976. vol 192, Issue 4234. pp. 21-26. DOI: 10.1126/science.769159

CARVALHO, Josiel. Afinal, o que é a legítima defesa da honra? **Canal Ciências Criminais**. Jus Brasil. 2017. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/459668535/afinal-o-que-e-a-legitima-defesa-da-honra>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues de. Uma análise da obra de Michel de Certeau sobre um fato político-religioso: possessões demoníacas em Loudun. **Monções revista do curso de História**, UFMS–CPCX vol. 4, n. 6. 2017. ISSN: 2358-6524

DALARUN, Jacques. Olhares de clérigos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir). **História das mulheres no ocidente: a Idade Média**. vol II. Porto: Afrontamento, 1993. p. 29-63

DAVID, Rosalie. **Handbook to life in Ancient Egypt**. New York: Oxford University Press, 2007.

DZIELSKA, María. **Hipatia de Alejandría**. (*Hypatia of Alexandria*). Traducción de José Luis López Muñoz. Espanha: Ediciones Siruela, 2004.

ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [S.l.]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. (*Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*). Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. (Org.). Rio de Janeiro: Graal, 2001.

HANAWALT, Barbara A. *Peasants Resistance to Royal and Seignorial Impositions*. In: NEWMAN, Francis X. (1931). ***Social Unrest in the Late Middle Ages***. Binghamton, NY: Medieval and Early Renaissance Texts and Studies, 1986.

_____. ***The Ties That Bound: Peasant Families in Medieval England***. New York: Oxford University Press, 1988.

_____. ***The Wealth of Wives: Women, Law, and Economy in Late Medieval London***. New York: Oxford University Press, 2007.

_____; WALLACE, David. ***Medieval Crime and Social Control. Medieval cultures***; v. 16. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1999.

HENNINGSEN, Gustav. ***El Abogado de las Brujas: brujería vasca e Inquisición española***. Traducción Marisa Rey-Henningsen. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

HILLMAN, James. **O mito da análise**: três ensaios em psicologia arquetípica. Tradução de Norma Abreu Telles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



HOUSTON, Mary G. **Medieval costume in England and France: The 13th, 14th Centuries**. London: A. & C. Black, 1996.

KING, Margaret Leah. *Goddess and captive: Antonio Loschi's Poetic tribute to Maddalena Scrovegni, 1389 (1980): Study and Text*. In: CLOGAN, Paul Maurice (ed.) **Medievalia Et Humanistica Studies in Medieval and Renaissance Culture**. New Series, Nr. 10. Totowa, New Jersey: Rowman and Littlefield, 1981.

_____. *Thwarted ambitions: six learned women of Italian Renaissance*. New York: Soundings, **An Interdisciplinary Journal**, Nr. 59, 1976. p. 280-304

_____. **Women of the Renaissance**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

LE GOFF, Jacques. História. In. _____. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1992. p. 07-165

_____. **O Imaginário Medieval**. Coleção Nova História. Tradução de Manuel Ruas. 1. ed. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

_____; TRUONG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Tradução de Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LANE, Sílvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 21. ed. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

NASIO, Juan-David. **A histeria: teoria e clínica psicanalítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

OSHIRO, Claudia Maria Poleti. **Violência de Gênero e Religião: uma análise da influência do Cristianismo em relações familiares violentas a partir de mulheres**

RC: 110479

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/relacoes-sociais>



acolhidas nas Casas Abrigo Regional Grande ABC e de homens autores de violência doméstica. 2017. 120 f. Dissertação (Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

REY-HENNINGSEN, Marisa. *The World of the Ploughwoman: folklore and reality in matriarchal Northwest Spain*. Helsinki: Academia Scientiarum Fennica, 1994.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 1996.

SHAHAR, Shulamith. *The fourth estate: a history of women in the Middle Ages*. Translated by Chaya Galai. New York: Routledge, 1983.

TELLEGEN-COUPERUS, Olga. **A short history of Roman Law**. New York: Routledge, 1993.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda áurea: vida de santos**. Tradução de Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VEITH, Ilza. *Hysteria: The History of a Disease*. Chicago: University of Chicago Press; 1965.

WILLIAMS, Marty; ECHOLS, Anne. *Between pit and pedestal: women in the Middle Ages*. Princeton, New Jersey: Markus Wiener Publishers, 2000.



APÊNDICE - NOTA DE RODAPÉ

8. *“(...) accords with the cultural and economic female dominance and the matriarchal norms that prevailed until very recently among large parts of the population in Galicia.”* (REY-HENNINGSEN, 1994, p. 260)

Enviado: Julho, 2021.

Aprovado: Abril, 2022.